



Cooperativas *versus* Granjas do Povo: a forma de organização do trabalho agrário em Cuba entre 1959 e 1961

Fernanda Issa Bottini

Instituto de Economia/ Unicamp

f233215@dac.unicamp.br

Orientadora: Stella Zagatto Paterniani - Departamento de Antropologia/ IFCH/ Unicamp

Objetivos

O presente trabalho tem como objetivo fazer um balanço de dois tipos de organização do trabalho e das propriedades agrícolas a partir da primeira Lei de Reforma Agrária em Cuba e como estes influenciaram a forma como o planejamento econômico nacional foi construído diante da centralidade da economia rural e agrária na ilha.

Métodos e Procedimentos

O presente trabalho foi estruturado a partir da revisão bibliográfica de autores como Joana Salém Vasconcelos, no livro “História Agrária da Revolução Cubana: o socialismo na periferia”, Lukács, em “Para uma Ontologia do Ser Social”, entre outros, em uma análise qualitativa da experiência de reforma agrária cubana.

Resultados

. A primeira Lei de Reforma Agrária após a Revolução Cubana, implementada em 17 de maio de 1959, eliminou os latifúndios e a propriedade estrangeira de terras na ilha, redistribuindo-as em três formas de propriedade: pequenas propriedades rurais com extensão de 2 caballerías [aproximadamente 27 hectares], chamadas de “mínimo vital”; cooperativas de caráter híbrido - vinculadas ao setor estatal, mas permitindo obtenção de excedentes privados aos

cooperados¹ - e as Granjas do Povo - fazendas de grande extensão que funcionavam com o trabalho assalariado de camponeses. A partir da diferenciação desses três tipos de propriedade, se colocou em Cuba um debate controverso sobre qual modelo de forma coletiva de propriedade (Granjas ou cooperativas) seria o mais eficiente para a transição socialista, considerando os objetivos de soberania, autossuficiência alimentar e a transição a um modelo mais igualitário e justo de trabalho, que deixasse no passado a exploração capitalista.

A precária condição técnica e a característica histórica do campesinato cubano enquanto classe proletarizada e assalariada, identificada pelo governo revolucionário, bem como as exigências técnicas herdadas da produção latifundiária antecedente cumpriram um papel de preservação da escala no âmbito rural. Assim, cria-se uma condição sociológica favorável às Granjas do Povo, que manteriam o latifúndio como forma. Esta era defendida pela linha marxista-leninista que entende que a concentração de capital representa o desenvolvimento histórico da escala como alavanca técnica e social de produtividade, aumento da eficiência e da rentabilidade e é, portanto, estratégica na transição ao socialismo. Assim, as Granjas do Povo

¹ De modo que 80% desse excedente seria necessariamente revertido em investimentos para obras e edificações coletivas dentro da própria cooperativa, e 20% seria distribuído aos cooperados como lucro privado.



manteriam as vantagens de escala através de unidades produtivas que, dialeticamente, se assemelham tanto às empresas capitalistas monopolistas quanto ao modelo econômico socialista, com a centralização das decisões dentro de uma economia planificada (Vasconcelos, 2016). Cabe, entretanto, a pergunta: se a organização do trabalho nas Granjas se mantém aos moldes coercitivos do capitalismo, qual a revolução fundamental da guinada ao socialismo dentro do trabalho em si? A alienação do trabalhador do processo produtivo e das decisões acerca das relações sociais de produção não mantém a desumanização do homem pelo homem através da não-autodeterminação do trabalho?

As cooperativas, por outro lado, tiveram um tipo de gestão que articulava o poder estatal, através dos técnicos e administradores vinculados ao INRA, e o poder local, através da coordenação de um representante eleito pelas assembléias de cooperados. Estas serviam como prática política catalisadora do desenvolvimento da consciência econômica e de classe dos trabalhadores e da solidariedade comunitária. Geraria-se, assim, uma maior autonomia e capacidade de autogestão das cooperativas. As cooperativas pareciam fomentar uma maior aptidão política para absorver a vontade direta dos trabalhadores nas decisões de produção e adaptação a um modelo intensivo de produção, em unidades produtivas de escala um pouco menor (Chonchol, 2012).

Conclusões

A dificuldade de gestão das cooperativas diante da falta de experiência do campesinato em autogestão e administração dos processos produtivos, junto à sua especificidade enquanto classe já proletarizada, fez com que a direção revolucionária do país tenha feito uma escolha política a favor das Granjas do Povo enquanto modelo de propriedade mais adequado para a transição ao socialismo naquele contexto,

culminando na transformação de diversas cooperativas em propriedades estatais de direção centralizada. Entretanto, a planificação do orçamento a partir de um plano de produção que nasce em nível local para se unir à estratégia de desenvolvimento nacional que se constrói a partir do aparato de Estado, tal como aconteceria a partir das Assembléias Populares das cooperativas, seria um método mais libertador e revolucionário do ponto de vista do trabalho e mais democrático politicamente segundo Chonchol (2012), permitindo uma maior integração consciente do trabalhador ao processo produtivo em sua totalidade e devolvendo seu caráter teleológico, humano e libertador.

Em suma, a reforma agrária em Cuba, assim como o seria no Brasil, é essencial para romper com o subdesenvolvimento, visto que a modernização da plantation e o capitalismo monopolista que estão postos atualmente aprofundam as disparidades técnicas e sociais da estrutura produtiva (Vasconcelos, 2016) e mantêm relações sociais de produção arcaicas. É necessário que a reforma adquira um caráter revolucionário na lógica do trabalho e da propriedade. Para tanto, a experiência cubana pode nos dar um “Sul” nas possibilidades de gestão e organização produtiva que conserve as qualidades dos dois tipos de propriedade coletivas apresentadas: a eficiência de escala e a articulação entre poder central e local na tomada de decisões.

Referências

VASCONCELOS, Joana Salém. História agrária da revolução cubana: dilemas do socialismo na periferia. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2016.

CHONCHOL, Jacques; VASCONCELOS, Joana Salém. Jacques Chonchol em Cuba: reforma agrária e revolução em 1961. São Paulo: Revista Mouro n.7, 2012.